

1. Chapas e coligações em Minas Gerais a um passo das convenções partidárias

Os partidos políticos devem definir por meio de uma assembleia, denominada convenção, os seus candidatos e as coligações que pretendem formar com outros partidos para disputarem as eleições. Em 2014, o período definido pela lei eleitoral para a realização dessas convenções se estende do dia 10 ao dia 30 de junho. Isso explica a grande movimentação que ocorreu ao longo de todo este ano e mais ainda nos últimos meses.

Tem-se sempre uma expectativa de que as negociações e acordos sejam firmados previamente, de modo que os participantes das convenções devam apenas ratificar uma decisão já construída pelas lideranças, às vezes sem nenhuma participação de suas bases. Por essa razão, muito se discute a respeito da real necessidade de fazer essas convenções exigidas pela lei eleitoral. Neste ano, de modo particular, a intenção dos partidos de chegarem à convenção com tudo resolvido não foi plenamente alcançada.

Às vésperas de tais convenções partidárias encontra-se um cenário bem distante do consenso que alguns deles pretendiam construir. Isso é o que se constata ao se analisar a situação dos principais partidos em Minas Gerais. Muitos conflitos foram sendo resolvidos desde a segunda quinzena de abril, mas outros tantos permaneceram em aberto.

Um dos casos mais emblemáticos é o do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Como analisado em edições anteriores de *Contextus*, o PMDB contemplou três possibilidades bastante diversas nas eleições de 2014, que compreendiam desde a coligação com o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), passando pelo lançamento de candidatura própria, até a coligação com o

Partido dos Trabalhadores (PT). O desenlace para esse confronto de interesses antagônicos e excludentes se deu com o retorno do ex-ministro da agricultura Antonio Andrade ao comando partidário. Ao reassumir a presidência do PMDB, Andrade trouxe a incumbência, recebida da direção nacional de seu partido, de fazer valer em Minas a coligação nacional, que pretende reeleger a Presidente Dilma Rousseff (PT) e seu vice, Michel Temer (PMDB).

Dirigentes do partido no estado estão dando como certa e irreversível essa coligação. Com isso, a direção estadual aprovou o envolvimento do PMDB na “caravana da participação” – um conjunto de reuniões que o Partido dos Trabalhadores tem feito em diversas cidades pelo no estado, com lideranças locais, como forma de discutir os problemas regionais e apresentar seu candidato ao governo, Fernando Pimentel (PT).

No entanto, de forma alguma a imposição dessa aliança com o PT se deu pacificamente. Deixou muitos insatisfeitos pelo caminho e episódios ainda pouco esclarecidos. Um dos eventos de destaque foi o fechamento do diretório municipal do PMDB na Capital e a desautorização de seu presidente, o deputado federal Leonardo Quintão, que vinha defendendo a proposição de uma candidatura própria ou se não a coligação com o PSDB. Outro episódio digno de nota ocorreu no final de maio, quando Antonio Andrade afirmou que o PSDB teria oferecido 20 milhões de reais em troca de apoio. A acusação ainda precisa ser apurada, mas já mostra a conturbada situação em meio à qual o PMDB definiu sua tática de coligação.

Além disso, é preciso considerar que a decisão de cúpula não implica necessariamente o acompanhamento das bases. Não se sabe ao certo qual das possibilidades colocadas para o partido tinha a maior simpatia de seus filiados e de suas lideranças nos municípios. O fato é que muitos prefeitos já haviam se comprometido com o PSDB e pelo menos não necessariamente vão embarcar, agora, numa campanha em favor do candidato petista, com quem a direção estadual pretende se coligar.

Comenta-se que pode preponderar, entre esses peemedebistas descontentes, uma atitude pragmática que implicaria fazerem campanha em favor da reeleição da presidente Dilma e seu vice Michel Temer no plano nacional, enquanto, para o governo de Minas, atuariam em favor do candidato Pimenta da Veiga (PSDB). A direção estadual do PMDB já se manifestou contra essa possibilidade e afirma que os prefeitos de cidades do interior estariam sendo aliciados pelo governo mineiro. Verbas destinadas a municípios estariam sendo retidas como forma de pressão sobre prefeitos não se decidiram a apoiar o candidato tucano. Segundo esse ponto de

Mudança de rumo em pleno voo no PSB

Outro partido que se aproxima da convenção com um cenário bastante turvo é o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Muitas mudanças aconteceram nos últimos meses, mas permanece ainda um quadro de turbulências. Foi ganhando corpo a proposta de lançamento de uma candidatura própria, de tal forma que se percebe uma mudança de tática até mesmo na condução da campanha do pré-candidato à presidência da República, Eduardo Campos (PSB).

Em razão de um acordo informal entre Campos e Aécio Neves (PSDB), não prevalecia, inicialmente, no PSB a intenção de lançar candidato próprio em Minas Gerais. A ideia

vista, os prefeitos não estariam sendo infiéis, mas apenas se resguardando.

No entanto, outros dirigentes afirmam que há, sim, uma dissidência, porque a decisão pelo apoio ao PT teria atropelado o movimento em prol da candidatura própria que já vinha acontecendo no interior do estado. Portanto, constata-se que não é confortável a situação daqueles que – até a executiva estadual impor a aliança com o PT – defendiam candidatura própria. O próprio senador Clésio Andrade já declarou ter desistido de sua pré-candidatura, mas afirmou não haver decidido a apoiar o candidato do PT.

Tudo isso leva a afirmar que não se extinguiu a proposta da candidatura própria. A convenção partidária, em 15 de junho, deve decidir sobre essa tese, assim como sobre a aliança com o pré-candidato petista. A direção estadual mantém o discurso em favor da coligação com o PT. Afirma que não há possibilidade de que essa decisão seja revista. Porém, mesmo sendo essa proposta a majoritária na executiva do partido, não se pode descartar a possibilidade de que os insatisfeitos com essa aliança, em especial os filiados das cidades do interior, não consigam, no voto, fazer valer sua opinião durante a convenção.

era formar, com o candidato tucano, um palanque que recebesse tanto um como o outro presidencial. Esse seria o resultado natural de uma coligação do PSDB com o PSB. Enxergavam-se, nessa aliança, vantagens eleitorais para os candidatos a deputados estaduais e federais deste último partido. Foi nesse contexto que o prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda (PSB), se retirou da disputa pelo governo do estado, embora houvesse também outros motivos para essa decisão.

No entanto, a conjuntura da disputa federal tem se acirrado, explicitando diferenças e ameaçando criar desentendimentos entre Campos e Aécio. No PSB, parece ter aumen-

tado a consciência de que seria imprescindível para Campos contar com uma candidatura própria em Minas Gerais, que é o segundo maior colégio eleitoral do país. Os analistas atribuem a emergência desse ponto de vista a Marina Silva e aos postulantes da Rede, os quais, impossibilitados de se constituírem como partido, se filiaram ao PSB no ano passado. Foi esse grupo que, em abril, lançou Apolo Heringer como seu pré-candidato, com o apoio de Marina Silva, candidata à vice-presidência, ao lado de Eduardo Campos.

Esses fatos novos levaram o presidente estadual do partido, o deputado federal Júlio Delgado a mudar seu discurso: de defensor e articulador da aliança do PSB com o PSDB, Delgado aparece, agora, como um dos pré-candidatos a governador pelo PSB, supostamente com o apoio de Eduardo Campos. Essa mudança súbita tem sido recebida com críticas e desconfiança, pois ele é um declarado aliado de Aécio Neves e, se insistir na candidatura, passaria a disputar com Pimenta da Veiga, candidato pelo PSDB. Há quem afirme que a entrada de Delgado nessa campanha para governador atenda apenas a sua finali-

dade de não deixar, em seu partido, o caminho livre para Heringer. Outra opinião que surgiu a respeito dessa atitude de Delgado é que poderia ser também apenas uma compensação pela derrota que ele amargou (pelo menos até este momento), referente a sua proposta de coligação com o PSDB.

No final de maio, começou a ser mencionada ainda a candidatura de Igor Versiani, membro da ala jovem do PSB. Por outro lado, há uma parte dos filiados que defendem aliança com o PT. Todos esses são fatos que fazem da convenção do PSB uma incógnita. Como está marcada apenas para o final de junho, ainda há tempo para que se construam acordos internos que permitam uma convenção menos dividida.

Essa mudança talvez possa trazer algum benefício para Eduardo Campos na disputa pela presidência do país, mas, em Minas Gerais, tal decisão pode ter um alto preço para o PSB. Nas pesquisas divulgadas em maio, em nenhum dos quadros apresentados como possíveis, Delgado ou Heringer alcançam 2% das intenções de voto declaradas.

Primeiras pesquisas do ano apontam vantagem de petista

No PSDB mineiro, a guinada em direção à candidatura própria do PSB foi recebida como uma traição, pois já era dada como certa a aliança dos dois partidos. Sem desistir dessa possibilidade, o PSDB insiste em uma campanha junto a deputados pessebistas que pretendem disputar a reeleição, pois, para estes, a desistência da coligação seria prejudicial. Supõe-se que, sem a coligação, serão necessários duzentos mil votos para que se eleja um deputado federal pelo PSB e oitenta mil para um deputado estadual. Sem aliança, portanto, é possível que vários deputados desse partido não se reelejam.

O PSDB mantém a expectativa de que a tese de candidatura própria pelo PSB possa ser derrotada na convenção interna deste

último e se restabeleça a coligação entre ambos os partidos. Para Aécio Neves (PSDB), não interessa reforçar o confronto com Eduardo Campos (PSB). A tática de campanha estabelecida pelo tucano é a de explicitar o embate com a presidente Dilma Rousseff (PT) e não seria conveniente para ele estabelecer uma batalha com dois frentes. A julgar por notícias divulgadas na mídia, parece que Aécio estaria disposto até mesmo a oferecer apoio ao candidato do PSB ao governo de Minas, mas, se isso se concretizar, ele teria que administrar as consequências dessa decisão junto ao candidato de seu próprio partido.

No campo do PSDB, a composição da chapa e das alianças estão mais claras, exceto

pela participação do PSB. Compõe-se dos seguintes candidatos: Pimenta da Veiga (PSDB) para governador, tendo como vice o atual presidente da Assembleia Legislativa, Dinis Pinheiro (PP); o ex-governador Antonio Anastasia (PSDB) é o candidato ao Senado, tendo como primeiro suplente Alexandre Silveira (PSD). A segunda suplência está entre o PSB e o DEM.

Quanto ao Partido dos Trabalhadores, embora não haja uma chapa formada, pois quase todas as decisões dependem ainda de convenções cujo resultado é, em certa medida imprevisível, alguns nomes já têm sido apresentados. Além do candidato a governador, Fernando Pimentel (PT), já tem sido tratado como candidato a vice, o deputado federal Antonio Andrade, presidente estadual do PMDB. Como candidatos ao senado, apresentaram-se Josué Gomes da Silva (PMDB) e o deputado federal Ademir Camilo, do Partido Republicano da Ordem Social (PROS). Os suplentes da vaga de senador podem vir dos demais partidos que se uniram a essa coligação: o Partido Republicano Brasileiro (PRB), o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Partido da República (PR), sendo que a aliança com este último ainda está sendo construída.

Embora a candidatura de Fernando Pimentel (PT) já estivesse colocada há muito tempo e a de Pimenta da Veiga (PSDB) tenha se definido ainda em fevereiro, não haviam sido divulgadas pesquisas que avaliassem as intenções de votos dos mineiros. Embora ambos os partidos tivessem suas próprias pesquisas, cada qual manteve para si essas informações. As primeiras pesquisas só chegaram ao conhecimento do público no final de maio.

Faltam quase quatro meses para o dia de votação. Não começaram ainda as campanhas de rádio e televisão. No caminho deve-se passar por uma Copa que pode ser marcada por manifestações, com intensidade pouco previsível. Todos esses são fatores que

limitam muito o valor da predição oferecida por essas pesquisas. No entanto, elas podem indicar tendências.

Nas projeções para o primeiro turno, publicadas pelo Vox Populi e pela CP2, destaca-se o fato de que Fernando Pimentel permanece à frente, com aproximadamente 30% das intenções de votos, em qualquer cenário proposto pelas duas pesquisas recentemente divulgadas. Isso confirma dados anteriores, feitas ainda em 2013, que já davam a ele a preferência do eleitor. O segundo colocado é Pimenta da Veiga (PSDB) que em nenhum dos quadros traçados para primeiro turno alcança mais do que 19,5%. Em terceiro lugar aparece Vanessa Portugal (PSTU) que obteve 7,9% em seu melhor resultado. Fidélis Alcântara (PSOL), Apolo Heringer (PSB) e Júlio Delgado (PSB) atingiram menos de 2% em qualquer situação simulada.

Ocorrendo um segundo turno entre Fernando Pimentel e Pimenta da Veiga, o primeiro teria 37,8% dos votos e o tucano, 23,8%, na pesquisa mais recente, feita pela CP2.

Há, porém, um dado que chama a atenção em ambas as pesquisas: quase a metade das pessoas entrevistadas não declarou sua intenção de voto em algum dos candidatos propostos. Cerca de 20% disseram pretender anular ou votar em branco e 21,8% desses eleitores disseram não saber em quem irão votar para governar o estado. No segundo turno, manter-se-ia o percentual de votos brancos e nulos e os indecisos cairiam a 17,6%.

Dependendo do cenário traçado pelos pesquisadores, votos brancos, nulos e indecisos somados ultrapassam 50% do eleitorado. Esse dado permite pensar que as eleições para governador de Minas em 2014 ainda estão abertas e que, possivelmente, apenas depois da Copa e com as campanhas será possível compreender melhor as perspectivas que estão colocadas.

2. Desafios para os movimentos sociais frente à Copa do Mundo de futebol

Nos últimos meses, têm se multiplicado manifestações em diversas partes do país. Com a proximidade da Copa, aumenta a mobilização com reivindicações e objetivos distintos. Estão ocorrendo, principalmente, ações ligadas a causas de movimentos populares ou propostas por categorias específicas do movimento sindical. Esse fenômeno, entretanto, não representa uma novidade. Desde as massivas manifestações em junho e julho de 2013, havia uma expectativa de que, às vésperas da Copa mundial, seriam retomadas as campanhas atenuadas após aqueles meses.

Trata-se de um momento em que a atenção da imprensa internacional se volta para o Brasil. O Governo Federal está empenhado em mostrar uma imagem positiva do país, com vistas a atrair turistas, investimentos e oportunidades de negócios. Tampouco às esferas de governo estaduais e municipais interessa uma propaganda negativa sobre os estados e cidades onde vão ocorrer os jogos da Copa. Além dessas razões oficiais para ostentar a boa aparência, existe também a motivação eleitoral. Um bom desempenho na condução do evento esportivo deverá constituir um trunfo para ser usado nas campanhas. Evidentemente, o insucesso poderá dar vantagem aos adversários.

Pode-se dizer que essa situação deixa os governantes vulneráveis à pressão política dos movimentos sociais. Diversos grupos têm se organizado para exigirem dos governos a solução para conflitos que, sem repercussão alguma, há muito vinham se arrastando. Do ponto de vista de tais movimentos, esta pode se tornar uma valiosa oportunidade para se fazerem ouvir e verem suas demandas atendidas.

No entanto, a Copa da FIFA pode representar um desafio novo também para os movimentos sociais organizados. Primeiramente, eles devem passar a enxergar o futebol como um negócio privado, apesar dos inúmeros sinais que apontam para a promiscuidade de cartolas e federações com o setor público. Aliás, esse é um elemento discutido insuficientemente por toda a sociedade brasileira. A Copa acabou por dar visibilidade à face do futebol como um empreendimento econômico e financeiro de alcance mundial. O escândalo diante do modo quase mercenário como a FIFA se comporta ao apresentar suas exigências ao país afronta a abordagem inocente que, no cotidiano, de modo particular as pessoas mais simples fazem do futebol como diversão ou “arte”.

Futebol é um negócio que movimenta bilhões ao redor do mundo, capitaneado por um organismo internacional que atua como uma empresa privada e que tem recebido na mídia acusações de acumular milhões em bancos suíços e de promover o enriquecimento de seus líderes.

Outro aprendizado para os movimentos sociais diz respeito ao que eles vão fazer após a Copa. Muito além de ir para as ruas e propagar *slogans* contra o mundial, os movimentos terão que se haver com o fato de que a apropriação dos dividendos obtidos com a Copa não será feita de maneira igualitária. Pela maneira como os investimentos foram feitos e pelo modo como a FIFA se impôs sobre o país-sede já está claro que tudo concorre para um uso de recursos públicos com vistas à realização de um evento privado.

Algo semelhante deve ser dito dos resultados econômicos gerados pelo evento ao longo dos próximos anos. Caberá aos movi-

mentos aprender a fiscalizar e exigir uma participação mais justa nesses dividendos, sob o risco de que eles acabem sendo repartidos apenas entre os mais ricos. Se o legado da Copa são as melhorias no transporte urbano, é preciso garantir que os investimentos feitos não sejam desperdiçados e que as obras sejam concluídas. A existência de estádios melhores deve ser acompanhada de investimentos na formação de atletas e isso precisa ser feito de maneira inclusiva, para todas as classes sociais.

Talvez um dos aprendizados mais difíceis para os movimentos organizados é que, na gestão pública, não se pode justificar a falta de investimento em um setor para privilegiar outro, tido como mais urgente. Evidentemente, é preciso priorizar políticas de saúde, de educação, de segurança, mas não se pode fazê-lo em detrimento, por exemplo, de uma boa política de esportes, de entretenimento. Em uma sociedade complexa como é a sociedade brasileira contemporânea, a falta de cuidado em qualquer uma dessas áreas acaba

A herança das manifestações de 2013

A maior parte dos analistas vê, na mobilização atual, uma ligação com o espírito das manifestações que tomaram o país em 2013. Um discurso que está se tornando comum afirma que as campanhas do ano passado foram vitoriosas e daí viria a motivação para continuar lutando. Quem segue esse raciocínio evoca a redução obtida no preço das passagens de ônibus urbanos. Sob esse ponto de vista – dizem –, se a população unida conseguiu esse feito, poderia conseguir também outras coisas, se se decidisse a ocupar as ruas.

Havia por parte da população (sem falar da cobertura distorcida e, às vezes, das manipulações operadas pela mídia) um certo encantamento com os acontecimentos daqueles meses. Parecia existir algo de inusita-

do na conjunção de tantas pessoas nas ruas e isso criava uma atmosfera de perplexidade e de esperança. Com uma simplicidade – talvez excessiva – esperava-se que, diante do *gigante acordado*, as mudanças desejadas teriam de vir necessariamente. Os acontecimentos que se deram nos meses subsequentes exigem uma visão bem mais realista ao se analisarem aqueles eventos.

do na conjunção de tantas pessoas nas ruas e isso criava uma atmosfera de perplexidade e de esperança. Com uma simplicidade – talvez excessiva – esperava-se que, diante do *gigante acordado*, as mudanças desejadas teriam de vir necessariamente. Os acontecimentos que se deram nos meses subsequentes exigem uma visão bem mais realista ao se analisarem aqueles eventos.

Como se vê, os desafios para os movimentos sociais são muitos. Nos últimos meses, são pressões bem mais concretas e imediatas que os têm levado de volta às ruas, suscitando muita controvérsia. No entanto, apenas a consciência mais ampla de uma participação cidadã, compreendida como acompanhamento e fiscalização da gestão pública pode evitar a privatização do Estado e dos recursos públicos.

Não se faz política pública em prol da maioria sem essa atitude crítica permanente frente às ações do governo. Isso significa pensar para além dos problemas imediatos do grupo social ou categoria que um movimento representa. Líderes e militantes terão que aprender a pensar o país em toda a sua complexidade.

Pode-se considerar, de partida, que há uma certa relevância histórica nessa retomada da manifestação nas ruas como forma de reivindicação. Desde os anos 1980, os movimentos organizados seguiram a linha da disputa pelo poder em espaços institucionalizados. Isso levou à criação de partidos políticos, como é o caso do Partido dos Trabalhadores (PT) e de diversas centrais sindicais, entre as

quais destaca-se a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Mencionam-se esses dois casos por uma razão especial: com a eleição de Lula como presidente em 2002, muitas das lideranças do PT e da CUT passam a integrar o governo. Cria-se, com isso, uma espécie de esvaziamento nos movimentos populares e sindicais, os quais necessitaram de um período até que novos quadros ocupassem esse espaço.

No início, ocorre também um momento de perplexidade, em que não se conseguiu compreender claramente esse governo, então idealizado como feito por trabalhadores e para trabalhadores. Tampouco ficou imediatamente claro qual era o papel que os movimentos deveriam desempenhar frente a esse governo. Naquele instante, uma parte dos militantes julgava que manter o discurso reivindicatório seria estar contra o governo feito pelos próprios trabalhadores.

Os movimentos têm, em uma sociedade democrática, a importante função de manter os olhos na utopia. Isso significa que eles podem apontar aquilo que ainda não se alcançou e que vai continuar sendo objeto das lutas sociais. Eles constituem a voz daqueles que não estão sendo incluídos ou que permanecem fora do alcance das políticas públicas, em um determinado momento. Eles representam essas pessoas também quando, sistematicamente, um governo teima em não enxergar a exclusão que decorre de suas decisões.

No entanto, os trabalhadores tiveram que construir a compreensão de que, estando agora no governo, deveria lidar com problemas bem mais complexos do que se supunha quando era oposição. A atitude do governo é diversa daquela que se espera de um movimento popular ou sindical. Governa-se para toda uma sociedade, que é complexa. Não há respostas fáceis e tampouco soluções tão simples que não tragam implicações negativas. Fazem-se escolhas que raramente agradam a todos.

Houve, portanto, um intervalo nas lutas sociais brasileiras, no sentido de que poucos movimentos conseguiram fazer repercutir na mídia e na sociedade mais ampla as suas demandas. De um lado, o movimento sindical, enfraquecido pela reestruturação produtiva que se instalou já na década anterior, ateu-se a questões internas a suas próprias categorias profissionais. Quando houve tentativas de debater questões de interesse mais amplo, esbarrou na sua própria incapacidade para falar com a sociedade em geral, sem mencionar as dificuldades que passou a enfrentar para mobilizar até mesmo os trabalhadores de sua própria base. Enquanto isso, os trabalhadores organizados em partidos políticos haviam escolhido a via das disputas eleitorais. Em meados da década de 1990, eles assumiram como seu objetivo a conquista de governos municipais, estaduais e federal.

Não é o caso de negar que essa escolha teve consequências positivas, como a consolidação de direitos e a própria eleição de um presidente de origem popular. Contudo, há perdas também. Entre elas, destaca-se o fato de que os movimentos sociais não mais conseguiram se comunicar com as massas. O discurso dos movimentos foi se tornando minoritário. Isso significa que passaram a empregar uma linguagem e a defender pontos de vista dificilmente absorvidos pela população em geral.

Essa é, talvez, uma explicação para o estranhamento dos próprios movimentos organizados frente à dimensão massiva das manifestações de meados de 2013. Não foram apenas os partidos políticos – inclusive aqueles que têm sua origem em movimentos populares – que demoraram a compreender o significado e o alcance daqueles acontecimentos. Os próprios movimentos organizados tradicionais – apesar de seus esforços – foram incapazes de promover algo com aquela dimensão, pelo menos nos últimos anos.

Exceções são as já longínquas campanhas pelas *eleições diretas já* (1985) e pelo *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor (1992). Pode-se dizer que as manifestações ocorridas em meados de 2013 recuperam –

Manifestações de 2014

Os manifestantes de 2014 procuram vincular seus movimentos àqueles ocorridos no ano anterior. Eles têm em seu favor o fato de estarem diante de mais um evento esportivo com repercussões mundiais e a poucos meses das eleições para os poderes executivo e legislativo estaduais e federal. É preciso, contudo, avaliar se as manifestações deste ano terão o mesmo vigor alcançado no ano passado. Há vários indicativos que permitem supor que, em 2014, está ocorrendo um movimento diverso.

Embora cidadãos habituados à atuação em movimentos sociais também tenham participado das manifestações de 2013, uma das características daqueles meses foi a mobilização do cidadão que não está engajado em nenhum movimento social específico. Destaca-se o envolvimento de um certo tipo de cidadão de classe média que em outros momentos raramente toma parte nesse tipo de ação. Isso não exclui, evidentemente, a intensa participação de outras classes sociais, especialmente os mais pobres. Uma característica também importante é que, nos eventos de 2013, as redes sociais aparecem como meio privilegiado para a mobilização.

Outro fenômeno digno de nota foi a participação dos jovens. Não se trata de algo inédito, visto que desde as lutas contra a ditadura, ainda nas décadas de sessenta e de setenta do século passado, a juventude esteve entre os mais importantes atores. No início dos anos 1990, o chamado movimento dos *caras pintadas*, também teve um protagonismo de jovens. No entanto, deve-se destacar que, no movimento de 2013, tomou parte uma geração que não viveu a opção feita

apesar de significativas diferenças que as separam – essa forma de luta que vinha sendo pouco empregada pelos diversos movimentos.

pelos movimentos sociais pela disputa do poder por meio dos espaços institucionais. Seu espaço de reivindicação é a rua. Colocam-se fora das instituições e até contra elas e mesmo contra aquelas que, supostamente, pretendem falar em favor dos interesses populares.

Do ponto de vista dos objetivos pelos quais essas pessoas se mobilizaram, chama a atenção a pulverização de interesses, a proposição de causas mais ou menos vagas, como a luta em favor da qualidade da educação, da saúde, da segurança pública, entre outras tantas. No entanto, não há clareza quanto ao que, de fato, se espera que os governos façam para atingir essas metas. Há um apelo generalizado contra a corrupção dos políticos e a ideia de que os políticos democraticamente eleitos para representar a população não cumprem seu papel. Contudo, manifestantes ouvidos pela imprensa ou em pesquisas raramente aprofundavam a discussão a ponto de conseguir dizer como funcionaria a sociedade sem representação eletiva.

Pode-se dizer que o saldo das manifestações de 2013 foi a demonstração de uma insatisfação popular, mas com poucas propostas concretas. Os governantes das três esferas trataram de atender as poucas demandas efetivas (a redução do preço das passagens de ônibus é a melhor demonstração desse fato). Para além disso, havia poucas medidas adicionais a serem tomadas, a menos que eles se propusessem a fazer uma efetiva mudança na política e nas prioridades de governo. A julgar pelos escassos resultados verificados desde então, está clara a falta

de intenção dos governantes de produzir tal reforma de fundo.

Os governos tiveram uma imensa dificuldade para compreender o significado político das manifestações. Partidos como o PSDB ou o PMDB não provêm de uma tradição de diálogo com os movimentos sociais. Não causa estranhamento a hesitação que mostraram. Não se pode, entretanto, dizer a mesma coisa a respeito do Partido dos Trabalhadores, cujas raízes se fincam nos movimentos e nas lutas populares. Não obstante sua origem, mesmo o PT mostrou perplexidade frente às manifestações de massa. Talvez isso se explique pelo hábito que normalmente se consolida nos partidos que estão no governo de interpretar a realidade de maneira dualista, que trata qualquer crítica ao governo como discurso de oposição. Em princípio, os movimentos não são nem situação nem oposição, embora não se possa ignorar que ambos os lados tentam se apropriar do discurso dos manifestantes para seus próprios fins, fazendo deles inclusive um uso eleitoral.

Restam muitas perguntas apenas tangenciadas de 2013 para cá e que exigiriam uma análise mais rigorosa. Por mais numerosas que tenham sido as manifestações que arrasaram milhares de pessoas às ruas em inúmeras cidades brasileiras, deve-se perguntar se elas são representativas do que pensa a imensa maioria dos cidadãos que não saíram de casa para se manifestar. É preciso superar uma análise simplista que afirma que estavam nas ruas os cidadãos conscientes de seu dever cívico e, em casa, os alienados e sem consciência política. Esse modelo dual ignora a complexidade social. Há pessoas que não foram às ruas, mas que aprovam as manifestações, assim como havia nas manifestações pessoas seduzidas por um vago sentimento de insatisfação, mas das quais não se pode dizer que tenham, de fato, uma atitude cida-

dã. Apenas uma generalização pouco consequente poderia definir o que pensa e o que querem os cidadãos brasileiros.

Em 2014, parece haver uma significativa diferença quanto ao perfil dos manifestantes. Servindo-se da oportunidade gerada pela conjunção entre a copa do mundo e as eleições, diversas categorias profissionais se puseram em campanhas por reajustes salariais e por outras condições de trabalho. Também os movimentos populares ligados a diversas causas têm tomado as ruas como forma de se fazer ouvir e de forçar o poder público à negociação. Essa ação política criou, desde o ano passado, uma permanente atmosfera de mobilização, apesar do arrefecimento das manifestações de 2013. Esse clima de luta política é uma novidade importante no cenário atual. Até o presente momento, porém, as numerosas manifestações não voltaram a alcançar a mesma dimensão daqueles eventos de, aproximadamente, um ano atrás.

Não é possível prever com exatidão se durante os jogos da Copa as manifestações vão alcançar as mesmas dimensões do ano anterior. Parece haver, entre a população, um significativo percentual de pessoas que já declararam em pesquisas estarem dispostas e voltar às ruas. Fala-se em algo como 15% da população. Porém, é preciso cautela. Os poucos resultados alcançados no ano passado, a confusão causada pela tática *black block*, a violência policial estão entre os fatores que podem ter levado a um desalento entre os cidadãos inicialmente dispostos e se manifestar nas ruas. Tampouco o aparato do Estado estará tão despreparado como (ao menos pareceu estar) no ano passado. O momento é diferente sob muitos pontos de vista, o que torna arriscado qualquer esforço de previsão.

Manifestações e maturidade da participação democrática

O teste de maturidade das formas mais recentes de reivindicação e disputa de poder na sociedade virá depois da Copa. Ocupar as ruas é taticamente importante, mas não é fim em si mesmo. Após o calor e o apelo emocional das manifestações, as pessoas voltam para casa, para o trabalho, para o cotidiano. A partir daí continuam o seu trabalho as instituições representativas que garantem a continuidade da democracia.

Para realizar de modo efetivo a sua vocação de defesa universalista de direitos, essas organizações e movimentos precisam da participação fiscalizadora do cidadão. A manifestação nas ruas é apenas uma pequena parte do dever cidadão. Se, após as ruas, esse manifestante se reduz ao ato de reclamar nas

redes sociais e abandona seu posto de vigiância, as instituições públicas vão voltar a atuar em favor do privilégio de poucos e em detrimento da maioria.

Ao contrário do olhar otimista – apressado e superficial – que serve bem ao gosto e aos interesses da mídia, a população na rua não significa que “o gigante acordou”, como metaforicamente se usou dizer durante os eventos de junho e julho de 2013. A atuação democrática exige acompanhamento permanente. Daí a necessidade de que se disputem os espaços institucionais e que se promova uma reforma política que torne tais espaços efetivamente representativos da sociedade e do interesse da maioria dos cidadãos.

Copa, negócios milionários e corrupção

Nas últimas décadas, a realização da Copa e das Olimpíadas tem sido acompanhada de manifestações onde quer que esses eventos aconteçam. Isso se deve ao fato de que eles se tornaram parte de uma estratégia mercantil por parte de seus promotores. Os países que sediam os jogos são praticamente extorquidos e obrigados ao cumprimento de regras contratuais antidemocráticas. Daí o antagonismo social que eles geram.

Em entrevista publicada pela BBC Brasil, Peter Alegi, professor de história africana em uma universidade dos Estados Unidos, faz uma comparação entre a Copa da África do Sul em 2010 e a realizada agora no Brasil. Ele destaca como aspectos comuns o atraso nas obras, as críticas relativas aos gastos públicos com a preparação do evento e a destinação de estádios após o torneio. O autor identifica, porém, uma diferença significativa na atitude dos sul-africanos e dos brasileiros frente ao evento. No primeiro caso, a Copa foi aguardada com boa expectativa, ao passo que, no

Brasil, a população a espera com muitos sinais de descontentamento.

Para o professor Alegi, essa diferença se deve à diversa situação da classe média, que exerce importante papel político em ambos os países. Na África do Sul, a classe média é constituída por negros que recentemente conquistaram emprego, casa própria, direito de opinião. Diversamente, no Brasil, a classe média se sente pressionada e exige a melhoria dos serviços públicos. São fatores que criaram lá uma atitude mais positiva do que aquela suscitada pela Copa aqui.

Alegi levanta ainda uma outra hipótese associada ao fato de que, no Brasil, o processo de organização da Copa foi precedido e acompanhado pela “remoção forçada de pessoas” e por policiamento ostensivo, sobretudo em bairros pobres. O exemplo mais emblemático – a despeito do mérito ou da pertinência dessa política pública – é a implantação quase cinematográfica da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) no Morro do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro.

Um dos principais problemas identificados por Alegi são os contratos firmados com a FIFA. Para ele, essa organização se comporta como uma máquina transnacional de fazer dinheiro e impõe aos países anfitriões restrições severas, como se eles estivessem se alugando para que nele se realize a competição. Durante a Copa, criam-se áreas de exclusão em torno dos estádios, como se, ali, o país perdesse a sua soberania nacional. A FIFA passa a ter poder para movimentar valores e imunidade diplomática para seu pessoal. Se os países candidatos a receber o evento se recusam a submeter-se a tal contrato, a FIFA tem sempre a possibilidade de levá-lo para países autoritários, onde a exigência democrática não se tornaria um problema. Nesse sentido, não parece casual que sejam a Rússia (2018) e o Catar (2022) os países anfitriões das próximas Copas. Como os proponentes têm, ao sediarem o torneio, objetivos comerciais (e, no caso brasileiro, também eleitorais), acabam se submetendo às exigências.

O jornalista britânico Andrew Jennings publicou um livro em que investiga as práticas comerciais da FIFA na organização das Copas. O autor identifica uma série de irregularidades na distribuição de ingressos. As formas de venda de ingressos divulgadas aos torcedores esconderiam, segundo ele, um grande mercado negro, troca de favores e outros negócios ilegais, responsáveis pela enorme lucratividade da FIFA e pelo enriquecimento de seus dirigentes. Jennings afirma que a Copa do mundo é um excelente negócio para seus organizadores e patrocinadores,

O preço da Copa

Espalhou-se pelo país a ideia de que os custos da Copa são exorbitantes. No entanto, esse ponto de vista não contempla a totalidade da questão. Supostamente, a discussão que se deseja fazer é sobre a destinação de recursos públicos para a construção de está-

mas que isso não vem acompanhado de benefícios para os torcedores.

No vértice das ações escusas estaria um grupo de empresas que atendem à FIFA, vendendo ingressos e serviços logísticos como as reservas de passagens, de traslados e de hospedagem. Jennings afirma que, em troca de contratos de exclusividade milionários, essas empresas fornecem milhares de ingressos a intermediários (entre eles, dirigentes da FIFA), que comercializam ou distribuem esses bilhetes de acordo com suas próprias conveniências e interesses em nada transparentes.

Outra fonte de renda para a FIFA é a venda de camarotes luxuosos e caros, cuidadosamente posicionados nos estádios, de modo a oferecer uma visão privilegiada dos jogos, além de serviços de bufê. Os principais compradores desses serviços são pessoas muito ricas e, principalmente, o mundo corporativo. Executivos de grandes empresas recompensam seus melhores clientes ou seus melhores funcionários com esse tipo de brinde.

Embora os estádios tenham sido pagos com o dinheiro do contribuinte, a Copa se constitui como uma oportunidade de vultosos negócios privados. Segundo Jennings, a FIFA deve lucrar 2,7 bilhões de dólares com a Copa no Brasil. Além disso, patrocinadores como McDonald's, Visa, Samsung, Coca-cola e outros teriam conseguido isenção de impostos durante um ano. Isso implica que o Brasil deixou de arrecadar. Além disso, a FIFA lucra enormemente com a venda do direito de transmissão dos jogos para os canais de televisão.

dios e a realização de um evento internacional de resultados discutíveis para o país. Os críticos pretendem afirmar, na verdade, que haveria outras necessidades mais urgentes que deveriam ter sido priorizadas, como, por exemplo, a promoção de melhorias na saúde

e na educação. Outra crítica é que os recursos são públicos e que deveriam ser gastos em proveito da maior parte da população, ao invés de serem privatizados para gozo apenas dos mais ricos e de estrangeiros.

São argumentos importantes para se considerar. No entanto, há outros aspectos que precisam ser discutidos mais atentamente.

Uma primeira questão que aparece é se os gastos feitos com a Copa devem ser computados como custo ou como investimento. Não se trata de uma mera questão contábil ou semântica, mas sim política. Se os valores gastos são investimento, significa dizer que eles deverão trazer, dentro de um certo tempo, um retorno para o país que – espera-se – seja maior do que aquele valor investido.

Uma implicação dessa interpretação é que esse olhar exige que se retire a discussão de uma perspectiva linear (e excessivamente simples) que trata a Copa como um evento contra o povo ou como um negócio que não traria benefício algum para o povo. É preciso compreender que, quanto pior para a economia do país, pior para as pessoas mais pobres que são as primeiras a sentir no bolso os efeitos das dificuldades econômicas por que passa um país.

Entretanto, é importante perceber que o contrário dessa afirmação não é necessariamente verdadeiro. É um fato que algo ruim para a economia do país, é imediatamente sentido pelas pessoas mais pobres. No entanto, algo bom para a economia do país não é necessariamente bom para os pobres. Há um problema na forma como as benesses são distribuídas. Se apenas uns poucos conseguirem se apropriar dos resultados da Copa, aí sim ela terá sido um mau negócio para a população. Aqui reside o espaço em que a vigilância dos cidadãos e, em particular, dos movimentos sociais organizados deve se fazer presente.

Todavia, apenas tratados como custo é que os gastos realizados poderiam ser postos na conta da Copa. Isso porque gastar com a

competição implicaria, diretamente, deixar de gastar com saúde, educação, habitação e com outras políticas públicas. Em outros termos, nessa hipótese, os custos da Copa seriam dinheiro jogado fora ou pelo menos mal aplicados.

Sob a perspectiva do investimento, porém, é possível compreender em sua relatividade os valores gastos. Previsões oficiais estimam em R\$ 25,8 bilhões os gastos em favor da Copa, pelo governo (federal, estaduais e municipais). É provável que se aproxime, quando as contas forem finalizadas, dos trinta bilhões de reais. Uma reportagem publicada na *Folha de São Paulo*, tratou de comparar essa cifra, que consta no *Portal da Transparência*, com outros gastos públicos. Os autores concluem que o investimento feito em função da Copa representa apenas uma pequena parcela no orçamento público brasileiro.

Comparado, por exemplo, aos gastos do país com educação, esse valor representaria aproximadamente 9% dos custos anuais. Ou seja, o Brasil gastou com a Copa o mesmo que gastaria em apenas um mês com a educação. Além disso, esses gastos foram sendo feitos ao longo dos últimos sete anos, ainda que concentrados, particularmente, no último triênio. Os autores da reportagem ainda argumentam que parte desse gasto ainda será devolvida, como aqueles feitos com a construção do estádio Itaquerão, em São Paulo. O Corinthians deverá restituir esses custos. Este último é um capítulo da história que ainda está por ser escrito e deve ser objeto da atenção dos cidadãos nos próximos anos.

Do valor total, cerca de dois terços (ou seja, 17 bilhões de reais) foram destinados a obras de infraestrutura que deverão permanecer após os jogos. A terça parte, portanto, foi destinada à construção de estádios (cerca de 8 bilhões de reais). Não são os valores, em si, que causam estranhamento, mas o fato de que, no total, quase 5 bilhões de reais não estavam previstos no orçamento inicial. Hou-

ve, portanto, um aumento aproximado nos gastos da ordem de 25%. No caso dos estádios, foi 36% maior do que as estimativas.

Os valores gastos com a Copa não são pequenos nem desprezíveis. No entanto, é preciso superar uma certa lógica rasa que se estabeleceu, associando a Copa a determinados problemas sociais que já existiam antes dela. Não parece produtivo continuar lamentando pelas coisas que poderiam ter sido feitas se o governo, ao invés de gastar com a Copa, tivesse decidido resolver problemas sociais. A pauta que se coloca para os cida-

Entre protestos e entusiasmo

Os protestos que estão ocorrendo neste ano têm sido pontuais, embora tentem se apropriar da herança dos movimentos ocorridos em 2013, ao usarem o *slogan* “não vai ter Copa”. No entanto, já se pode sentir uma mudança no clima. Persiste uma frustração com as obras que, assim se esperava, deviam constituir o legado dessa Copa para o país, mas, apesar disso, a população está dividida entre aqueles que seguem contestando a realização do evento e aqueles que, constatando o fato consumado, querem aproveitar o momento festivo.

Um fator contribuiu para diminuir o apoio popular fervoroso dado às manifestações em 2013: a ação destrutiva dos *Black blocs*. Talvez essa seja uma explicação para a ocorrência de menos manifestações em 2014 e que menos pessoas estejam tomando parte nelas. Contudo, parecem estar ocorrendo mais ações violentas. A destruição de patrimônio público e privado é uma ação controversa

dãos atentos às questões políticas é a do acompanhamento e fiscalização das contas públicas. É preciso compreender por que houve tão grande variação orçamentária, entre a previsão e a realização das obras. Casos de corrupção devem ser apurados e os culpados, punidos.

Além da vigilância é indispensável o acompanhamento permanente das ações dos governos e a cobrança para que a apropriação dos resultados da Copa se dê de forma democrática, ao invés de ser benefício para poucos.

que acaba por atrair a antipatia dos brasileiros e por afastar pessoas que gostariam de tomar parte nas manifestações.

O fato de que as manifestações de 2014 estejam acontecendo por iniciativa de movimentos populares e sindical pode indicar um maior grau de organização política presente nesses eventos, diferentemente da fragmentação e da inorganicidade que caracterizaram as manifestações de 2013. Isso implica também que a copa tem sido apenas o motivo para arremessar os cidadãos em favor de outras causas.

Outro aspecto a se considerar: as manifestações perderam o efeito surpresa que tiveram em 2013, quando geraram perplexidade. A novidade converteu-se em repetição. Perdeu seu efeito de estranhamento. Além disso, o cidadão teve que conviver, nos últimos meses, com os transtornos gerados, nas rotinas cotidianas, pelas manifestações.

Créditos

A análise publicada em *Contextus* não representa a opinião da PUC Minas ou da Arquidiocese de Belo Horizonte. Sua publicação, sob responsabilidade exclusiva do NESP, obedece ao propósito de estimular a reflexão sobre a conjuntura política e outros aspectos de interesse social.

Núcleo de Estudos Sociopolíticos

Avenida Dom José Gaspar, 500 – Prédio 05 – Sala 205

30.535-901 - Belo Horizonte – MG

Site: www.pucminas.br/nesp | E-mail: nesp@pucminas.br | Telefone: 3319-4978

Grupo Gestor

Representantes da PUC:

Adriana Maria Brandão Penzim

Raquel Beatriz Junqueira Guimarães

Robson Sávio Reis Souza (Coord.)

Representantes da Arquidiocese de Belo Horizonte:

Cássio Ferreira Borges - RENS

Frederico Santana Rick - VEAS

José Zanetti Gonçalves – RENSE

Conselho Editorial

Adriana Maria Brandão Penzim

Claudemir Francisco Alves

Raquel Beatriz Junqueira Guimarães

Robson Sávio Reis Souza

Redator:

Claudemir Francisco Alves